

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

239 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 12 a 16 de maio de 2025

1. VISITA DO PRESIDENTE DO CONSELHO EUROPEU AOS BALCÃS OCIDENTAIS	1
2. VI CIMEIRA DA COMUNIDADE POLÍTICA EUROPEIA (CPE)	1
3. PFIZERGATE - COMISSÃO EUROPEIA	2
4. REUNIÃO INFORMAL DE MINISTROS DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA NATO	3
5. DEFESA EUROPEIA	4
Primeiro Diálogo Estratégico com a Indústria Europeia de Defesa	4
Orçamentos de Defesa dos Estados-Membros da UE	5
6. CONFERÊNCIA DOS PRESIDENTES DE PARLAMENTOS DA UE	7
7. COMISSÃO EUROPEIA - QUADRO FINANCEIRO PLURIANUAL	7
8. COMISSÃO EUROPEIA - SIMPLIFICAÇÃO DA PAC	8
9. COMISSÕES PARLAMENTARES DO PE	8
ITRE - resiliência energética	8
AFET - Alargamento ao Montenegro	9
10. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	9
11. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	9
Conselho Europeu	9
Parlamento Europeu	9
Comissão Europeia	9
Conselho da UE	9

1. VISITA DO PRESIDENTE DO CONSELHO EUROPEU AOS Balcãs Ocidentais

O Presidente do Conselho Europeu, António Costa, realizou uma **visita oficial aos Balcãs Ocidentais** entre 12 e 16 de maio de 2025, reforçando o compromisso da União Europeia com a região e coorganizando a VI Cimeira da Comunidade Política Europeia, que teve lugar em Tirana no dia 16 de maio.

Durante esta deslocação, o Presidente Costa sublinhou a importância de aprofundar a cooperação entre a União Europeia e os parceiros dos Balcãs Ocidentais, destacando o atual impulso do processo de alargamento e a necessidade de manter o compromisso político e o seguimento de ações concretas.

Principais Momentos da Visita

- *13 de maio – Belgrado e Sarajevo:*
 - Em Belgrado, o Presidente Costa reuniu-se com o Presidente Aleksandar Vučić, a Primeira-Ministra Milena Macut e membros do Parlamento sérvio (declarações à imprensa [aqui](#)).
 - No mesmo dia, deslocou-se a Sarajevo, onde dirigiu uma mensagem às tropas da missão EUFOR Althea e reuniu-se com os membros da Presidência da Bósnia e Herzegovina (declarações à imprensa [aqui](#)).
- *14 de maio – Podgorica e Pristina:*
 - Em Podgorica, manteve encontros com o Presidente Jakov Milatović, o Primeiro-Ministro Miloško Spajić e outros membros do governo montenegrino (declarações à imprensa [aqui](#));
 - Posteriormente, visitou Pristina, onde reuniu com a Presidente Vjosa Osmani-Sadriu e o Primeiro-Ministro Albin Kurti (declarações à imprensa [aqui](#)).
- *15 de maio – Skopje e Tirana:*
 - Em Skopje, encontrou-se com o Primeiro-Ministro Hristijan Mickoski e a Presidente Gordana Siljanovska-Davkova (declarações à imprensa [aqui](#));
 - A visita terminou em Tirana, onde reuniu com o Primeiro-Ministro Edi Rama e o Presidente Bajram Begaj, e participou ainda num encontro com estudantes do Colégio da Europa (declarações à imprensa [aqui](#)).

No dia 16 de maio, António Costa coorganizou a VI Cimeira da CPE em Tirana, sob o lema “*Nova Europa num Novo Mundo: Unidade – Cooperação – Ação Conjunta*”. O encontro reuniu líderes europeus para reforçar a coordenação política no continente, com especial enfoque na segurança europeia e na definição de uma visão partilhada para o futuro da Europa (cfr. Ponto 2, *infra*).

A visita do Presidente António Costa aos Balcãs Ocidentais e a sua participação ativa na Cimeira da CPE representaram um forte sinal político do empenho da União Europeia na integração da região e no reforço da cooperação em áreas estratégicas para a estabilidade e prosperidade europeias.

2. VI CIMEIRA DA COMUNIDADE POLÍTICA EUROPEIA (CPE)

A cidade de Tirana, capital da Albânia, acolheu, pela primeira vez nos Balcãs Ocidentais, a **VI Cimeira da Comunidade Política Europeia (CPE)**, reunindo 47 Chefes de Estado ou de Governo, bem como líderes das principais instituições europeias e internacionais (detalhe da Cimeira [aqui](#)). Este encontro reveste-se de particular simbolismo, afirmando o papel do Sudeste da Europa no espaço político europeu e reforçando o investimento estratégico na sua integração e influência no futuro do continente.

A Cimeira decorreu num momento de elevada complexidade geopolítica, com a guerra na Ucrânia ainda a decorrer, o aumento das tensões globais e a proliferação de ameaças híbridas, coerção económica e disrupção tecnológica. Neste contexto, a Comunidade Política Europeia procura afirmar-se como um espaço essencial de diálogo e cooperação, congregando as nações europeias para debater desafios comuns e definir uma visão partilhada para o futuro.

Principais Temas e Discussões

As discussões da Cimeira organizaram-se em três mesas-redondas temáticas de alto nível:

- ***Segurança e Resiliência Democrática:***
 - Apoio à Ucrânia na busca por uma paz justa e duradoura.
 - Proteção dos processos democráticos contra ingerências externas.
 - Reforço das capacidades de defesa coletiva da Europa.
- ***Competitividade e Segurança Económica:***
 - Promoção da inovação e reforço das infraestruturas digitais.
 - Aumento da resiliência energética e das cadeias de abastecimento críticas.
 - Estratégias para assegurar a autonomia estratégica europeia, equilibrando objetivos climáticos com a robustez industrial.
- ***Migrações, Mobilidade e Empoderamento da Juventude:***
 - Exploração de vias legais de migração e reforço da cooperação com países de origem e trânsito.
 - Debate sobre a instrumentalização da migração como ferramenta de pressão política.
 - Retenção de talento nos mercados nacionais e papel das novas gerações na construção do futuro da Europa, em especial face aos desafios colocados pela inteligência artificial e pela aceleração tecnológica.

A escolha de Tirana e, em particular, da Praça Skanderbeg como palco da Cimeira, destacou a trajetória de transformação democrática da Albânia e o seu compromisso com a estabilidade regional e europeia. Como membro da NATO e país candidato à União Europeia, a Albânia procurou reforçar a sua posição como parceiro ativo na construção de um espaço europeu mais coeso.

Recorde-se que a Comunidade Política Europeia foi proposta em 9 de maio de 2022 pelo Presidente francês Emmanuel Macron, durante o seu discurso ao Parlamento Europeu em Estrasburgo, como um espaço para reforçar a cooperação política, a segurança, a energia, os transportes, os investimentos, as infraestruturas e a mobilidade de pessoas. A primeira reunião da CPE teve lugar em Praga, a 6 de outubro de 2022, centrando-se na promoção da paz e segurança, com destaque para a guerra na Ucrânia, e na resposta à crise energética.

3. PFIZERGATE - COMISSÃO EUROPEIA

O Tribunal Geral da União Europeia proferiu uma decisão de grande relevância no âmbito do denominado caso “Pfizergate”, concluindo que a Comissão Europeia violou as regras de transparência ao recusar o acesso a mensagens de texto trocadas entre a Presidente da Comissão, Ursula von der Leyen, e o CEO da Pfizer, Albert Bourla (disponível [aqui](#)).

O processo resultou de uma queixa apresentada em 2023 pelo The New York Times, após a recusa da Comissão em divulgar essas mensagens, que foram trocadas em 2021, no auge da pandemia de Covid-19, durante negociações para a aquisição de vacinas, num contrato de valor estimado em 35 mil milhões de euros.

Principais Elementos da Decisão

- O Tribunal considerou que a Comissão não apresentou uma justificação plausível para a recusa de acesso aos documentos solicitados.
- O The New York Times demonstrou que a alegação da Comissão de que as mensagens não existiam ou não tinham sido conservadas não era convincente.
- A legislação europeia em matéria de acesso a documentos obriga a Comissão a fornecer explicações claras e fundamentadas que permitam ao público e ao Tribunal compreender as razões para a eventual inexistência ou não disponibilização dos documentos.
- A Comissão também não conseguiu demonstrar que as mensagens não continham informações relevantes, como, por exemplo, elementos relacionados com negociações contratuais de grande valor económico.
- Caso essas mensagens contenham informação considerada importante, a Comissão teria a obrigação de as conservar, registar como documentos oficiais e disponibilizá-las mediante solicitação.

O The New York Times classificou a decisão como “*uma vitória para a transparência e a responsabilização na União Europeia*”, sublinhando que esta decisão demonstra que as comunicações informais, como mensagens de texto, também devem estar sujeitas ao escrutínio público.

A Comissão Europeia, num comunicado oficial ([aqui](#)), reconheceu a decisão do Tribunal e admitiu que “*deveria ter apresentado uma explicação mais detalhada*” aquando da recusa de acesso aos documentos. Reforçou ainda que a transparência continua a ser um princípio fundamental da sua atuação e que irá continuar a cumprir o quadro jurídico em vigor. Note-se que a Comissão Europeia poderá ainda recorrer da decisão para o Tribunal de Justiça da União Europeia, a mais alta instância judicial da União.

A decisão do Tribunal Geral constitui um precedente relevante em matéria de transparência institucional e acesso a documentos públicos, sublinhando a necessidade de assegurar o registo e a conservação de todas as formas de comunicação que possam ter relevância administrativa ou política, independentemente do meio utilizado. O caso “*Pfizergate*” continuará a merecer atenção política e mediática, especialmente no contexto de uma eventual decisão da Comissão Europeia de recorrer.

4. REUNIÃO INFORMAL DE MINISTROS DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA NATO

Nos dias 14 e 15 de maio de 2025, os Ministros dos Negócios Estrangeiros da NATO reuniram-se em Antália, Turquia, para discutir o reforço da dissuasão e defesa da Aliança e preparar a Cimeira de Haia, agendada para junho (detalhe [aqui](#)). O Secretário-Geral da NATO sublinhou que um dos principais objetivos da próxima Cimeira será a definição de uma nova base de referência para as despesas em defesa, considerando que a meta atual de 2% do PIB “*não é de todo suficiente*”.

Durante a reunião, o Secretário-Geral destacou a necessidade de:

- Aumentar o investimento nos requisitos militares essenciais da Aliança;
- Reforçar os investimentos mais amplos relacionados com a defesa, incluindo infraestruturas e a resiliência das sociedades;

- Garantir um nível de investimento adequado em toda a NATO para assegurar a segurança coletiva, afirmando que estas mudanças são cruciais para alcançar as novas metas de capacidades da Aliança e para manter uma postura credível de dissuasão face a potenciais agressões.

O Secretário-Geral, Mark Rutte, elogiou ainda o compromisso crescente dos Estados-membros com o princípio da partilha equitativa de encargos, afirmando que “*estamos agora no caminho certo*”. Acrescentou que a maioria dos Aliados deverá atingir ainda este ano a meta inicial de 2% do PIB em despesas de defesa, e que muitos já anunciaram planos para ultrapassar significativamente esse valor.

No que respeita ao apoio à Ucrânia, o Secretário-Geral reiterou o compromisso da NATO com o apoio a longo prazo, considerando essencial a continuação dos esforços para alcançar uma paz justa e duradoura. Encerrou a sua intervenção afirmando que, “*com ou sem um acordo de paz, é evidente que o nosso apoio à Ucrânia continuará a ser fundamental para garantir uma paz duradoura*”.

5. DEFESA EUROPEIA

Primeiro Diálogo Estratégico com a Indústria Europeia de Defesa

A Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, inaugurou o primeiro Diálogo Estratégico com a Indústria Europeia de Defesa, um marco importante no reforço do papel da indústria de defesa no quadro da segurança europeia, especialmente face ao atual contexto geopolítico em rápida transformação (detalhe [aqui](#))

Principais Mensagens da Presidente da Comissão

- A Presidente von der Leyen salientou que a indústria europeia de defesa deve ser capaz de responder de forma rápida e em larga escala aos desafios atuais.
- Enalteceu os esforços da indústria desde o início da agressão russa contra a Ucrânia, nomeadamente o aumento significativo da produção e a abertura de novas linhas de fabrico.
- Identificou, contudo, diversos desafios estruturais persistentes, que carecem de uma resposta coordenada: *Fragmentação da procura e da oferta; Barreiras regulamentares; Dificuldades no acesso a matérias-primas; Necessidade de acompanhar ciclos rápidos de inovação e de reduzir os tempos de resposta no mercado; Acesso limitado a financiamento; Escassez de mão-de-obra qualificada, em particular em áreas STEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática).*

A Comissão reafirmou o seu compromisso em trabalhar em estreita colaboração com os representantes da indústria, convidando-os a partilhar contributos para futuras iniciativas. Destacou-se a preparação do Pacote *Omnibus* de Defesa, previsto para junho de 2025, que incluirá medidas de simplificação de regras e regulamentos, abordando temas como: Certificação e licenciamento; Quadros para aquisições conjuntas; Facilitação de investimentos e remoção de entraves administrativos.

Durante o diálogo, os participantes discutiram de forma construtiva áreas prioritárias, incluindo:

- *Atração de investimentos estratégicos;*
- *Reforço da cooperação industrial no setor da defesa;*
- *Promoção da inovação e do avanço tecnológico;*
- *Segurança das cadeias de abastecimento;*
- *Desenvolvimento de competências e investimento na força de trabalho.*

A Presidente von der Leyen, o Comissário Andrius Kubilius e os representantes do setor concordaram em manter um diálogo regular e próximo para fortalecer a base industrial de defesa europeia. Este setor é também

essencial para a competitividade da Europa, empregando 800.000 pessoas direta e indiretamente, impulsionando as exportações e promovendo a inovação com benefícios civis significativos.

Mais informações podem ser consultadas através da [Comissão Europeia – Defesa e Segurança](#) e do [Plano Readiness 2030](#).

Orçamentos de Defesa dos Estados-Membros da UE

O think tank do PE publicou um [briefing sobre os orçamentos de defesa dos Estados-Membros da UE](#) (disponível [aqui](#)). Ali, pode ler-se que a guerra da Rússia contra a Ucrânia foi um forte alerta para os Estados-Membros da União Europeia (UE) quanto à necessidade de reforçar os respetivos orçamentos de defesa. Entre 2021 e 2024, a despesa coletiva aumentou de €218 mil milhões para €326 mil milhões, prevendo-se um acréscimo adicional de, pelo menos, €100 mil milhões até 2027. Apesar deste aumento significativo, a maioria dos especialistas considera que os atuais desafios de segurança exigem esforços de investimento ainda mais ambiciosos. Evidencia-se que:

- Em 2021, apenas 7 dos 21 Estados-Membros da UE que também integram a NATO atingiram a meta de 2% do PIB em despesas de defesa, estabelecida na [Cimeira de Gales de 2014](#).
- Os compromissos assumidos no âmbito da [Cooperação Estruturada Permanente \(PESCO\)](#) reforçam a necessidade de aumentos sustentados das despesas de defesa.
- Se todos os Estados-Membros tivessem aplicado a meta dos 2% entre 2006 e 2020, teriam sido investidos mais €1,1 mil milhões na área da defesa.

No que diz respeito à situação nos principais Estados-Membros,

- **Alemanha:** €90,6 mil milhões (2,12% do PIB em 2024), impulsionado pelo fundo especial de €100 mil milhões.
- **França:** €59,6 mil milhões (2,06% do PIB), com intenção de aumentar a despesa para 3,5% do PIB ([mais informação](#)).
- **Polónia:** €34 mil milhões (4,12% do PIB), maior investidor da NATO em percentagem do PIB, com previsão de 4,7% em 2025.
- **Espanha:** pretende alcançar os 2% do PIB até ao final de 2025.
- **Itália:** prevê duplicar a despesa em quatro anos.

Entretanto, Rússia e China continuam a reforçar os seus orçamentos de defesa: Rússia: 9% do PIB em 2025; [China](#): aumentou o orçamento em 7,2% para €220 mil milhões. O Secretário-Geral da NATO, [Mark Rutte](#), defendeu a necessidade de um novo objetivo superior a 2%, prevendo-se uma decisão na Cimeira da NATO em junho de 2025.

Para mais informações: [Plano ReArm Europe e Livro Branco da Defesa](#); [Dados NATO – Despesas de Defesa](#); [Estudo “Defender a Europa sem os EUA” – Bruegel](#); [EU capabilities in space: Scenarios for space security by 2050](#); Fundação Francisco Manuel dos Santos: [exploração espacial](#)

É apresentado no relatório um anexo com os Orçamentos de Defesa dos Estados-Membros UE (2024):

ANNEX – EU MEMBER STATES' DEFENCE BUDGETS

Member State	Defence budget 2024 (expected) € billion (% GDP)*	Announcements
AUSTRIA	4.86 (0.99 %)	Austria aims to spend 2 % of its GDP on defence by 2032.
BELGIUM	7.9 (1.3 %)	Belgium aims to reach 2 % of GDP by the end of 2025.
BULGARIA	2.15 (2.18 %)	Bulgaria is projected to raise defence spending to 2.5 % over the next three years, driven by major military equipment purchases.
CROATIA	1.51 (1.81 %)	Croatia aims to increase defence spending to 3 % of GDP by 2030.
CYPRUS	0.55 (1.73 %)	In the 2025 budget, defence expenditure is set at €588.4 million.
CZECHIA	6.37 (2.1 %)	Czechia is aiming to reach around 2.3 % of GDP in 2025.
DENMARK	9.2 (2.37 %)	Denmark plans to increase defence spending by €6.7 billion over two years.
ESTONIA	1.3 (3.43 %)	Estonia aims to up defence spending to 'at least 5.0 % of GDP' from 2026.
FINLAND	6.7 (2.41 %)	Finland plans to raise defence spending to €11 billion by 2032, pushing annual expenditure to 3.3% of GDP.
FRANCE	59.6 (2.06 %)	France intends to increase defence spending to 3.5 % of GDP.
GERMANY	90.6 (2.12 %)	Germany approved a €500 billion spending package to boost military and infrastructure investments, leading to a large defence budget hike.
GREECE	7.1 (3.08 %)	Greece unveiled a €25 billion, 12-year defence plan to modernise its army.
HUNGARY	4.26 (2.11 %)	Defence spending is set to reach HUF1939 billion (€4.8 billion) in 2025.
IRELAND	1.23 (0.24 %)	Ireland plans to increase its defence spending to €3 billion annually.
ITALY	31.96 (1.49 %)	Italy plans to double its defence spending to 3 % of GDP over four years.
LATVIA	1.3 (3.15 %)	Latvia plans to raise its defence budget to 4 % of GDP by next year and has a long-term goal of reaching 5 %.
LITHUANIA	2.13 (2.85 %)	Lithuania pledged to raise defence spending to 5–6 % by 2026.
LUXEMBOURG	0.73 (1.29 %)	Luxembourg plans to reach 2 % of GDP by 2030.
MALTA	0.09 (0.38 %)	Malta's defence spending is set to rise to €95.5 million in 2025.
NETHERLANDS	19.9 (2.05 %)	The Netherlands' defence budget is expected to reach €30 billion in 2029.
POLAND	34 (4.12 %)	Poland became NATO's top defence spender by GDP, allocating 4.12 % in 2024 with plans to reach 4.7 % in 2025.
PORTUGAL	4.3 (1.55 %)	Portugal moved an initial target of reaching 2 % of GDP by 2029 forward, without indicating how much earlier it will be reached.
ROMANIA	8.04 (2.25 %)	Romania announced it aims to reach 3 % of GDP in stages in one to two years.
SLOVAKIA	2.6 (2.00 %)	Slovakia's defence budget is set to reach €2.775 billion in 2025.
SLOVENIA	0.88 (1.29 %)	An initial target of reaching 2 % of GDP by 2030 will be moved forward, to reach 1.6 % in 2026.
SPAIN	19.7 (1.28 %)	Spain aims to reach 2 % of GDP by the end of 2025.
SWEDEN	12.74 (2.14 %)	Sweden aims to reach 3.5 % of GDP by 2030.
TOTAL	326 (1.9 %)	Projected increase by more than €100 billion in real terms by 2027.

* According to NATO [data](#) (including military pensions) and [IISS military balance](#).

6. CONFERÊNCIA DOS PRESIDENTES DE PARLAMENTOS DA UE

A **Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da União Europeia** realizou-se em Budapeste, nos dias 11 e 12 de maio de 2025, sob a presidência da Assembleia Nacional da Hungria. A sessão de abertura ficou marcada pelo discurso de Viktor Orbán, Primeiro-Ministro da Hungria, que proferiu uma crítica contundente à atual situação da União Europeia, afirmando que “*a Europa já não sabe o que é nem para onde vai*” ([discurso completo](#)). Orbán denunciou a perda de ligação dos líderes europeus com as reais preocupações dos cidadãos e alertou para uma crise não apenas económica, mas também moral e cultural. Criticou ainda a gestão da guerra na Ucrânia, acusando a UE de prolongar o conflito e de prejudicar os seus próprios cidadãos com sanções que, segundo ele, “*afetam mais a Europa do que a Rússia*”.

Ao longo das sessões, discutiu-se o futuro da União Europeia, confrontando as visões federalista e de soberania nacional. Foi sublinhada a necessidade de um equilíbrio entre a identidade nacional e a cooperação europeia, com os presidentes parlamentares de vários Estados a defenderem um reforço da subsidiariedade e um maior envolvimento dos parlamentos nacionais no escrutínio das políticas da UE. A Presidente do Parlamento Europeu, Roberta Metsola, destacou a importância da união dos esforços europeus e reiterou o apoio incondicional à Ucrânia, reforçando que o Parlamento Europeu continuará a liderar esse apoio ([discurso completo](#)).

Na sessão de encerramento, o processo de adoção das conclusões revelou tensões políticas. A versão inicial das conclusões, proposta pela presidência húngara, omitia qualquer referência à guerra na Ucrânia, o que motivou protestos formais de vários parlamentos, incluindo os da Dinamarca, Suécia, República Checa e dos países Bálticos. Face à pressão dos restantes membros da troika presidencial (Dinamarca, Espanha e Parlamento Europeu), a presidência húngara foi forçada a incluir um parágrafo claro de apoio à Ucrânia, reafirmando o compromisso com a sua soberania e integridade territorial, bem como a necessidade de manter o apoio militar, político, económico e humanitário ([texto integral das conclusões](#)).

As conclusões finais reiteraram a importância de uma União Europeia mais forte e capaz no domínio da segurança e defesa, complementar à NATO, e afirmaram o apoio contínuo à independência da Ucrânia. Sublinhou-se também que qualquer iniciativa relativa à Ucrânia deve contar com a sua participação. Os Presidentes dos Parlamentos expressaram a esperança de que as negociações de paz sejam bem-sucedidas e reafirmaram a condenação da agressão russa, concluindo que a preservação da paz e da liberdade exige um compromisso firme com os princípios da Carta das Nações Unidas e do direito internacional.

7. COMISSÃO EUROPEIA - QUADRO FINANCEIRO PLURIANUAL

A Comissão Europeia apresentou, no dia 11 de maio de 2025, uma nota de orientação estratégica para o próximo Quadro Financeiro Plurianual (QFP) pós-2027, assinada pela Presidente Ursula von der Leyen e pelo Comissário do Orçamento, Piotr Serafin. Este documento reafirma a intenção de estruturar o futuro orçamento da UE em torno de **três grandes eixos**: planos nacionais de investimento e reformas, reforço da competitividade europeia e ação externa alinhada com as prioridades internas da UE. Esta proposta introduz ajustes significativos face às orientações iniciais, respondendo a preocupações expressas por várias regiões e Estados-Membros.

Relativamente aos planos nacionais, a Comissão clarificou que estes assumirão a forma de “*parcerias nacionais e regionais para investimentos e reformas*”, assegurando a inclusão plena das autoridades regionais e locais na definição, programação e execução dos planos. A repartição dos fundos será adaptada à organização e tradições de cada Estado-Membro, permitindo uma abordagem mais flexível e descentralizada. Os dois pilares da Política

Agrícola Comum (PAC) serão integrados nestas parcerias, reforçando a ligação entre as políticas de coesão, desenvolvimento rural e agricultura.

No domínio da ação externa, a Comissão propõe a criação de um Fundo ‘*Europa no Mundo*’, que integrará o Instrumento de Vizinhança, Desenvolvimento e Cooperação Internacional (NDICI) e a ajuda humanitária. Os apoios externos da UE serão direcionados para áreas prioritárias como segurança energética, acesso a matérias-primas críticas, combate às alterações climáticas, migrações, defesa e conectividade internacional. Estão previstos “*pacotes de parcerias globais*” adaptados a diferentes zonas geográficas, alinhando as políticas externas com os interesses estratégicos internos da União.

Em matéria de novas receitas próprias, face ao bloqueio No Conselho à proposta de 2023, a Comissão reiterou a necessidade de introduzir novos mecanismos de financiamento. Entre as novas propostas, destacam-se: uma taxa digital, uma taxa sobre resíduos eletrónicos não reciclados, a recalibração das taxas do sistema ETIAS e a introdução de taxas sobre pequenos envios postais. O futuro **Fundo para a Competitividade da UE** será concentrado em áreas estratégicas como transição ecológica e digital, resiliência, defesa e espaço, saúde e biotecnologia, reforçando também a condicionalidade associada ao respeito pelo Estado de direito e à estratégia de preparação para crises.

8. COMISSÃO EUROPEIA - SIMPLIFICAÇÃO DA PAC

A Comissão Europeia apresentou, em 14 de maio de 2025, um **pacote de medidas para simplificar a Política Agrícola Comum (PAC)** e reforçar a competitividade do setor agrícola europeu ([comunicado oficial](#)). As propostas visam reduzir encargos administrativos, facilitar o acesso a apoios financeiros e modernizar as explorações agrícolas, podendo gerar uma poupança anual de até €1,58 mil milhões para os agricultores e €210 milhões para as administrações nacionais. Entre as medidas, destaca-se o aumento do limite do pagamento fixo anual para pequenos agricultores de €1.250 para €2.500 e a isenção de determinadas regras ambientais para estes beneficiários. Prevê-se ainda a simplificação dos controlos através de tecnologias digitais e o reforço da digitalização administrativa, seguindo o princípio “*relatar uma vez, utilizar várias vezes*” ([roteiro de simplificação](#)). O pacote inclui a introdução de instrumentos de gestão de crises mais flexíveis e acessíveis, com novos pagamentos disponíveis no âmbito dos planos estratégicos da PAC, bem como maior flexibilidade para os Estados-Membros na adaptação dos seus planos ([mais informações](#)).

9. COMISSÕES PARLAMENTARES DO PE

ITRE - resiliência energética

Os Deputados da Comissão de Indústria, Inovação e Energia (ITRE) [aprovaram propostas](#) para reforçar a resiliência das redes elétricas europeias, modernizar infraestruturas e facilitar a integração de energias renováveis, contribuindo para um sistema descarbonizado e mais seguro. O relatório recomenda a criação de um Plano de Ação para as Redes da UE, a realização de investimentos significativos e a eliminação de constrangimentos que limitam a produção de energia renovável. Destaca ainda a necessidade de atrair investimento privado, manter um Mecanismo Interligar a Europa – Energia (CEF-E) bem financiado e garantir uma melhor aceitação pública dos novos projetos de rede. A Deputada Anna Sturgh (Renew, Áustria) alertou para a vulnerabilidade das infraestruturas, referindo que o recente apagão na Península Ibérica foi um “lembrete de que a transição energética falhará sem investimentos estratégicos” e apelou à ação decisiva da Comissão Europeia.

O relatório foi aprovado por 52 votos a favor, nove contra e duas abstenções, sendo votado em plenário entre 16 e 19 de junho de 2025, em Estrasburgo([mais informações](#)).

AFET - Alargamento ao Montenegro

Os Deputados ao PE da Comissão dos Assuntos Externos saudaram o plano ambicioso do Montenegro de **aderir à União Europeia em 2028**, reconhecendo o forte apoio dos cidadãos e da maioria dos atores políticos a este objetivo ([aqui](#)). No entanto, alertaram para a necessidade de acelerar as reformas eleitorais e judiciais e intensificar o combate ao crime organizado e à corrupção. O relatório, aprovado por 51 votos a favor e sete contra, elogiou também o alinhamento total de Montenegro com a política externa e de segurança comum da UE, incluindo as medidas restritivas relacionadas com a guerra da Rússia contra a Ucrânia, e o seu apoio à ordem internacional baseada em regras.

10. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Tiveram lugar as seguintes reuniões: 12 de maio - [Eurogrupo](#); [Conselho \(Educação, Juventude, Cultura e Desporto\)](#); e [Reunião informal dos ministros da Energia](#); 13 de maio: [Conselho ECOFIN](#); 15 de maio - [Conselho dos Negócios Estrangeiros \(Comércio\)](#).

11. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Conselho Europeu

A agenda do Presidente desta instituição, António Costa, está disponível [aqui](#).

Parlamento Europeu

A próxima semana será dedicada à atividade das [Comissões Parlamentares](#) do PE.

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) terá lugar a **21 de maio**, destacando-se a **Estratégia para o Mercado Único** e o **Quarto Pacote Omnibus para Pequenas e Médias Empresas de Média Capitalização (Mid-Caps)**.

Conselho da UE

O [calendário](#) completo está disponível, estando previstas as seguintes reuniões: 19 de maio - [Cimeira UE-Reino Unido](#); 20 de maio - [Conselho de Negócios Estrangeiros \(Defesa\)](#) e [Reunião informal dos ministros responsáveis pela Política de Coesão](#), 22 de maio - [Conselho \(Competitividade\)](#)

Bruxelas | 16 de maio de 2025

Para mais informações: [Bruno Dias Pinheiro](#), Representante Permanente da AR junto da UE.

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).